



ASAE

Associação dos Servidores
da ASCAR/EMATER-RS

sempre juntos

PAUTA MÍNIMA 2026: EMATER/ASCAR-RS

Propostas para o Desenvolvimento
Rural Sustentável, Resiliência Climática e
Fortalecimento da Extensão Rural Pública no RS



PAUTA MÍNIMA 2026: EMATER/ASCAR-RS

Propostas para o Desenvolvimento
Rural Sustentável, Resiliência Climática
e Fortalecimento da Extensão Rural Pública no RS



PAUTA MÍNIMA 2026: EMATER/ASCAR-RS

Propostas para o Desenvolvimento
Rural Sustentável, Resiliência Climática
e Fortalecimento da Extensão Rural Pública no RS

O Fórum das Entidades Representativas de trabalhadores e trabalhadoras da **EMATER/ASCAR-RS**, entidade que representa o protagonismo técnico na construção do desenvolvimento rural sustentável, apresenta este documento como um balizador indispensável para as plataformas do próximo governo estadual. No atual cenário de profundas transformações globais, o Rio Grande do Sul enfrenta o desafio de conciliar a pujança de sua agropecuária com a urgência de promover modelos de produção conservacionistas e resilientes frente às mudanças climáticas, além de reduzir as desigualdades no campo.

Diante disso, a realidade socioeconômica e demográfica do Estado impõe um debate urgente. Enfrentamos uma inflexão populacional precoce, prevista para iniciar já em 2027 — antecipando-se em 15 anos à tendência nacional, estimada apenas para 2042 —, o que acelera o envelhecimento dos habitantes. Segundo o IBGE, entre os anos de 2006 e 2017, no meio rural, esse fenômeno assumiu contornos críticos, com o esvaziamento das pequenas propriedades e a falta de sucessão familiar (redução de 22,3% de estabelecimentos rurais), ameaçando a continuidade da produção de alimentos e o desenvolvimento das comunidades rurais. Essa realidade é severamente agravada

por estiagens recorrentes e eventos climáticos extremos, que deprimem a arrecadação pública e alimentam uma séria crise fiscal. Todo esse conjunto de fatores reflete-se no desempenho econômico: nos últimos 20 anos, enquanto o PIB do Brasil expandiu 220%, o crescimento acumulado do PIB gaúcho limitou-se a 150%, evidenciando a necessidade premente de novas diretrizes de fomento.



No meio rural do Rio Grande do Sul, a agricultura familiar cumpre um papel central. Segundo o IBGE (Censo Agropecuario de 2017), o estado possui 365.094 estabelecimentos rurais. Desse total, 293.191 (80,5%) são da agricultura familiar; ocupam apenas 25,5% da área e, mesmo assim, têm 72,2% do pessoal ocupado no meio rural. O Fórum das Entidades Representativas dos Trabalhadores da **EMATER/ASCAR-RS** ressalta que, pela importância social, eco-

nômica e ambiental, não tem como pensar em modelo de desenvolvimento de Estado que não contemple a priorização de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, pescadores, pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.

A **EMATER/ASCAR-RS** não é apenas uma prestadora de serviços; ela é o Estado presente no campo, a única instituição sólida, com

experiência, permanente e com capilaridade técnica e social capaz de traduzir diretrizes governamentais em resultados reais. Sem uma extensão rural pública forte, dotada de recursos, infraestrutura e profissionais valorizados, o Estado perde sua capacidade de planejamento e execução, tornando-se muito mais vulnerável a crises de desabastecimento e desastres ambientais.

A Instituição desenvolve um trabalho que reconhecidamente vai além da assistência técnica à produção agropecuária. A Extensão Rural é um processo de educação não formal, que contempla também ações de caráter social e organizativo, como o acesso a direitos e políticas públicas, o fortalecimento da cidadania, o enfrentamento à pobreza e às diversas desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Este documento se fundamenta na premissa de que a assistência técnica e a extensão rural e social são investimentos de alto retorno socioeconômico e ambiental. Por meio dela, o Estado impulsiona a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar, a sucessão rural, a promoção da cidadania e a inovação tecnológica no meio rural.

Alguns dados que dimensionam a atuação da **EMATER/ASCAR-RS**

Especificações	Quantidade
Municípios no Estado	497
Escritórios Municipais	497
Escritórios Regionais	12
Escritório Central	01
Centros de Treinamento	07
Unidades de Cooperativismo	07
Unidades de Classificação	22
Núcleo de Certificação de Produtos	01
Núcleo de Classificação	01
Laboratório de Análises Físico-Químicas de Certificação	01

Tabela 01: Abrangência da Emater/RS-Ascar em 2025

Público Beneficiário	Famílias Atendidas Sem Repetição
Famílias da agricultura familiar	170.838
Famílias assentadas	8.764
Famílias indígenas	4.440
Famílias de pescadores artesanais	3.622
Famílias de pecuaristas familiares	6.808
Famílias de quilombolas	2.599
Famílias de agricultura urbana	6.501
Famílias de agricultores empresariais	1.012
Outras famílias que trabalham com a agricultura, mas têm outras profissões	15.799
TOTAL	220.383

Tabela 02: Público Assistido e Assessorado

Fonte: Relatório de atividades de ATERS 2025/EMATER.





EIXOS ESTRATÉGICOS

A seguir, detalhamos os pilares técnicos e institucionais que consideramos inegociáveis para o próximo período de gestão:

1. Transição Sustentável na Agricultura Familiar para produção de alimentos

A Agricultura Familiar gaúcha é o alicerce do abastecimento interno do Estado, sendo responsável pela produção dos principais alimentos e conservação da biodiversidade. Mas também é preciso reconhecer que a dependência de commodities – como a soja e os sistemas integrados de fumo e proteína animal – é a realidade que gera renda imediata para milhares de famílias. Mudanças de modelo produtivo devem ser feitas com “os pés no chão”, evitando o vazio econômico que historicamente impulsiona o êxodo rural e a desestruturação social do campo.

Nesse sentido, a EMATER/ASCAR-RS, com o apoio do Governo do Estado, precisa liderar uma transição gradual e segura para produção de alimentos saudáveis, oferecendo suporte técnico e social para que a família

mantenha sua viabilidade financeira enquanto se estruturam novos mercados e sistemas mais diversificados e de base ecológica. O Estado deve garantir que o extensionista tenha as ferramentas necessárias para orientar essa migração tecnológica sem que o agricultor assuma riscos que comprometam o patrimônio familiar.

Tais iniciativas devem abranger o protagonismo de mulheres e jovens, e se transformar em programas estaduais com destaque para povos e comunidades tradicionais.

2. Atendimento e valorização da diversidade de públicos do meio rural

O rural do Rio Grande do Sul tem perfis de públicos diversos, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, com os quais a EMATER/ASCAR-RS tem uma história consolidada de trabalho: além de agricultores familiares, a instituição atende pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades quilombolas e povos indígenas.

Nos anos recentes, tivemos exemplos de programas que, pelo excesso de exigências formais e de documentação, bem como pela necessidade de contrapartida inicial dos beneficiários, excluíram do processo importantes parcelas desses públicos. É preciso valorizar a trajetória da Instituição com estes segmentos e garantir que ela realize um trabalho que os atenda em sua heterogeneidade, reconhecen-



do as dimensões socioculturais presentes no meio rural e estabelecendo ações e programas sensíveis às necessidades de cada um.

2.1. Pecuária Familiar: resgate da identidade e valor agregado

O modelo de produção baseado em pastagens naturais, especialmente no Bioma Pampa, é um ativo ambiental e econômico subestimado frente aos modelos de confinamento. O Rio Grande do Sul possui vocação nata para a carne à base de pasto, um diferencial competitivo que atende a mercados internacionais de alto valor, promove o sequestro de carbono e preserva a biodiversidade local.

É fundamental reestabelecer políticas, assistência técnica e extensão rural e social específicas para o pecuarista familiar, público que tem sido secundarizado nas políticas de fomento. O foco deve ser o manejo sustentável de campo nativo e o melhoramento genético, garantindo que a tradição pecuária gaúcha se transforme em um negócio rentável, atrativo, moderno e capaz de oportunizar meios para que as novas gerações possam permanecer no campo com qualidade de vida.

3. Inovação em Bioinsumos e Soberania Tecnológica

A transição para modelos de produção com base na agroecologia é uma importante agenda para fazer frente as crises climáticas, energéticas e alimentares, considerando as especificidades regionais e quem vive no terri-

tório. A dependência de insumos e tecnologias de origem industrial, controlados pelas grandes corporações, é, atualmente, o principal fator de erosão da renda da propriedade. O uso de bioinsumos representa uma revolução no manejo agrícola, conferindo maior autonomia aos agricultores e reduzindo custos de produção expostos à volatilidade cambial. Esta pauta não é apenas ambiental, mas de soberania econômica para as famílias rurais.

Para promover esta transição, é necessária uma sólida estrutura institucional, além do fortalecimento de políticas públicas. A proposta é estabelecer a **EMATER/ASCAR-RS** como o grande polo indutor dessa transição tecnologia no Estado. Por meio de sua capilaridade, pode – por exemplo – capacitar para a produção on farm (na qual o agricultor age como gestor de tecnologia) e para o uso correto de bioinsumos de maneira geral, garantindo segurança técnica e transformando o Rio Grande do Sul em referência nacional de autonomia tecnológica e redução de agroquímicos.

4. Estruturação do Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional

Um sistema alimentar justo é resultado de políticas públicas que garantam a produção pela agricultura familiar e por povos e comunidades tradicionais, além de acesso a alimentos saudáveis a toda a população. Políticas de estado que possibilitem a implantação ou melhorias em hortas, roças, pequenas criações e pomares familiares contribuem para melhorar e diver-



sificar a alimentação, ampliar a autonomia das unidades familiares e promover a saúde.

A **EMATER/ASCAR-RS** criou uma tecnologia social de baixo custo para armazenamento de grãos de até trinta toneladas, que pode ser um importante instrumento para o Estado reduzir as perdas dos grãos, aumentando a renda e melhorando a qualidade de vida no meio rural. A oferta de grãos é fundamental para a alimentação das criações animais, e para a estratégia de segurança alimentar e nutricional das famílias rurais.

O peso da produção de horticultura (hortaliças, frutas, flores, plantas medicinais e ornamentais) e da produção de leite, especialmente quando analisado seu expressivo Valor Bruto de Produção (VBP), demonstra que a produção de alimentos frescos é o pilar da segurança e da soberania alimentar do Rio Grande do Sul. É fundamental que o Estado construa uma política de abastecimento robusta e descentralizada, que reconheça a importância estratégica de conectar quem produz a quem consome, reduzindo desperdícios e fortalecendo a economia regional.

Neste cenário, é importante o fortalecimento de feiras da agricultura familiar como espaço de valorização de cadeias curtas. A **EMATER/ASCAR-RS** atua na organização da base produtiva e na garantia de rastreabilidade e sanidade, buscando garantir que o alto valor gerado no campo se reverta em alimento seguro na mesa do cidadão e em renda direta e justa para as famílias rurais.

Cabe destacar também o papel do Estado nos programas de compras públicas da agricultura familiar, nos quais a **EMATER/ASCAR-RS** pode atuar não somente no apoio a produção, como também na articulação para que principalmente os mais vulneráveis do campo possam acessar estes mercados.

5. Agroindústria Familiar e o Selo Sabor Gaúcho

A industrialização e o beneficiamento da produção dentro da propriedade são ferramentas eficazes para promover a sucessão rural e oportunizar a permanência do jovem no campo, a visibilidade do trabalho e a autonomia da mulher rural, pois transformam a matéria-prima em produtos acabados de maior rentabilidade e competitividade. O Programa Estadual de



Agroindústria Familiar (PEAF) consolidou o selo Sabor Gaúcho como um patrimônio cultural e econômico do Estado, mas ainda enfrenta gargalos burocráticos e de fiscalização.

O compromisso deve ser com a desburocratização e a ampliação do suporte técnico para a regularização sanitária, ambiental e fiscal. É preciso permitir que a pequena escala produtiva tenha as mesmas oportunidades de acesso a grandes mercados consumidores, utilizando a assistência técnica para garantir a excelência da produção sem sufocar o pequeno empreendedor com exigências desproporcionais, além de ampliar o acesso à capacitação e a capacidade de acompanhamento técnico e suporte na gestão de forma permanente, podendo avançar na diferenciação dos produtos, conferindo selos de origem a determinados itens produzidos em regiões específicas.

6. Reservação de água e irrigação para produção de alimentos e abastecimento humano e animal

A irrigação deve ser tratada como uma política de Estado perene e não como medida de emergência para estiagens. O estímulo à reservação de água e à expansão da área irrigada deve priorizar a produção de alimentos básicos — como milho para silagem, feijão, leite e hortaliças — garantindo abastecimento interno, segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade das cadeias de proteína animal.



A implementação de um plano estadual de reservação de água e irrigação deve seguir critérios técnicos e licenciamentos ágeis, além de contemplar tecnologias que possam permitir a melhoria do abastecimento de água para consumo humano e animal, como construção de cisternas e proteção de fontes e nascentes. O objetivo é garantir o acesso à água de qualidade, preservando os recursos naturais e protegendo a economia local dos impactos devastadores das quebras de safra recorrentes.

7. Resiliência Climática: Manejo Integrado de Solo e Água

O Rio Grande do Sul está geograficamente situado no centro de eventos extremos, o que exige que o solo seja tratado como o nosso maior reservatório hídrico. A mitigação de secas e enchentes passa, obrigatoriamente, pelo fortalecimento dos Comitês de Bacias

Hidrográficas e pela aplicação de técnicas de manejo conservacionista, como uso de plantas recuperadoras de solo, plantio direto real e terraceamento.

É preciso dotar a EMATER/ASCAR-RS de recursos financeiros e equipamentos para liderar projetos de manejo em microbacias. Esta ação deve integrar a recuperação de áreas degradadas, com a proteção de nascentes e a infiltração de água no solo, transformando a propriedade rural em uma unidade resiliente capaz de suportar tanto o excesso quanto a escassez de chuvas.

É imprescindível também que a Instituição esteja interligada aos diferentes órgãos do Estado em ações conjuntas para promoção de resiliência climática e capacidade para responder de maneira imediata a qualquer evento climático que ocorra.

8. Mulheres e Jovens

A permanência da juventude no meio rural é condição para a renovação das dinâmicas socioprodutivas e culturais nos territórios,



uma estratégia imprescindível para combater o esvaziamento no campo. No entanto, a sucessão não se resume à transferência de terra e patrimônio; envolve a garantia de condições dignas de vida, lazer, cultura, além de políticas públicas que promovam o protagonismo da juventude na propriedade e território.

Fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres rurais, considerando sua diversidade de raça, etnia, geração e identidade, é essencial para preservar a biodiversidade e ampliar a produção de alimentos saudáveis, bem como contribuir na redução das desigualdades de gênero.



vos voltados à construção da autonomia e do protagonismo desses públicos.

Além disso, a Entidade possui uma longa trajetória de organização social junto a mulheres e jovens rurais. Esse trabalho pode ser fortalecido por meio de políticas públicas que priorizem esse público, pois, embora seja trabalhado transversalmente nas diversas ações executadas,

há a necessidade de ser objeto também de ações específicas, possibilitando superar lacunas históricas e dinâmicas sociais que reproduzem exclusões, discriminação, invisibilidade e obstáculos a sua autonomia econômica e política.

9. Empenho na garantia do reconhecimento do caráter socioassistencial da ASCAR

A ASCAR é uma organização da sociedade civil de caráter filantrópico, que realiza ações sociais e socioassistenciais de forma permanente e planejada no meio rural, tendo sua existência condicionada à manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como esse Certificado não é assegurado de forma permanente, sua perda representaria uma ameaça à sustentabilidade institucional e à própria continuidade da entidade.

Além da renovação periódica da certificação, é importante destacar que há uma disputa jurídica envolvendo a ASCAR pela manutenção de seu status socioassistencial, haja vista que a Instituição teve o certificado cassado no ano de 2004. Com isso, perdeu o direito à imunidade das contribuições previdenciárias patronais, gerando uma dívida que ameaça, até os dias atuais, sua viabilidade.

Para reverter a situação e proteger os serviços de assistência técnica e extensão rural no



Entre as experiências já desenvolvidas no Estado, a **EMATER/ASCAR-RS** tem obtido bons resultados com formações para jovens e mulheres em regime de alternância em seus centros de formação. Essas iniciativas podem ser ampliadas, aproveitando a estrutura existente e a experiência de seus profissionais. Também podem ser complementadas por programas de financiamento de projetos produtivos

Rio Grande do Sul, uma ampla articulação política – que reuniu ex-governadores, senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e movimentos sociais gaúchos – ajuizou uma ação popular em 2011. A ação teve um peso político e social muito importante para o estado e evidenciou ainda mais a essencialidade da atuação da Entidade.

Nesse contexto, é fundamental o empenho do Governo do Estado nesse movimento permanente e contínuo na garantia do reconhecimento do caráter socioassistencial da **ASCAR** e da manutenção do **CEBAS**, assegurando a existência da **ASCAR** e, na sua atuação conjunta com a **EMATER/RS**, a execução de ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos voltadas às populações rurais, associada de maneira estratégica com a política de **ATERS**.

O Alicerce Institucional: Orçamento, Infraestrutura e Pessoas

Nenhuma proposta é atingível com uma instituição fragilizada, com quadro defasado, trocas constantes de gestores e sob constante ameaça de sucateamento. O Fórum das Entidades Representativas exige o fortalecimento institucional da **EMATER/ASCAR-RS** através da recomposição urgente do quadro técnico – via processos seletivos públicos periódicos –, combatendo a perda severa de capital intelectual e garantindo a continuidade do serviço público.

A **EMATER/ASCAR-RS**, ao longo dos seus 70 anos, acumulou experiência e expertise para colaborar com o Estado, em parceria com órgãos de pesquisa e academia, para elaboração de projetos junto a entidades internacionais, a exemplo do Banco Mundial, que possam viabilizar financeiramente programas e ações propostos, com o objetivo de reduzir as desigualdades no campo, promover a produção de alimentos saudáveis e adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

A Instituição também possui papel fundamental nas ações de assessoramento para a formação e o fortalecimento de cooperativas da agricultura familiar, possibilitando novas alternativas para geração de renda e inclusão econômica e social. Para a execução desse assessoramento, a Instituição conta com sete (07) Unidades de Cooperativismo (UCPs) espalhadas pelo território gaúcho, e que são fundamentais nesse processo. Entretanto, essas unidades necessitam de maior reconhecimento e fortalecimento institucional, sendo necessário reorganizar essas equipes e dar condições reais para que este trabalho seja executado.

Outro serviço de destaque prestado pela Entidade é o de Classificação Vegetal, essencial para assegurar a qualidade dos grãos, garantindo segurança alimentar e nutricional, transparência nas negociações e valorização da produção rural gaúcha. Esse trabalho gera indicadores técnicos fundamentais para políticas públicas, apoia as exportações, especialmente pelo porto de Rio Grande, e contribui significativamente para a economia do Estado.

Além de pessoas, é preciso infraestrutura: renovação da frota de veículos para atendimento de campo e modernização tecnológica dos espaços institucionais (escritórios municipais, escritórios regionais e escritório central). É vital garantir a autonomia e a previsão orçamentária





plena na Lei Orçamentária Anual (LOA), protegendo a Instituição de contingenciamentos que paralisam projetos, programas, ações continuadas e impedem a ampliação e a renovação do quadro de recursos humanos. É de suma importância ressaltar que o ciclo de investimentos da EMATER/ASCAR-RS, que vinha em uma crescente até o ano de 2014, começou a sofrer drástica diminuição a partir do ano de 2015, tendo – ao longo da década seguinte – registrado redução de cerca de 35% de seu orçamento anual, o qual segue diminuindo proporcionalmente ano após ano.

Somado a isso, é fundamental a valorização profissional, com planos de carreira, remunerações condizentes e recomposição do quadro com profissionais multidisciplinares. Este é o caminho para atrair e manter profissionais qualificados, garantindo a excelência histórica da Instituição.

Nesse sentido, a existência de equipes multiprofissionais, compostas por Extensionistas Agropecuários, Extensionistas Sociais, profissionais das áreas administrativas e de suporte deve constituir uma diretriz permanente da EMATER/ASCAR-RS, reconhecendo a complementaridade entre diferentes áreas de conhecimento e a contribuição de cada uma para a qualificação do trabalho desenvolvido.

CONCLUSÃO E PROGNÓSTICOS:

O FUTURO DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA

A adoção das propostas aqui elencadas permitirá ao Rio Grande do Sul projetar um novo horizonte de estabilidade e crescimento para o meio rural. O Fórum das Entidades apresenta este prognóstico baseado em evidências técnicas:

Resiliência Econômica e Ambiental: Ao priorizar a reservação de água e o manejo de microbacias, o Estado diminuirá o impacto das variações climáticas, reduzindo drasticamente os prejuízos bilionários que ocorrem a cada ciclo de estiagem, garantindo a estabilidade do PIB agropecuário e oportunizando a permanência das pessoas nas comunidades.

Segurança Alimentar e Nutricional, Autonomia e Inclusão Social: O incentivo aos bioinsumos, a agroindustrialização familiar e o fomento de iniciativas de produção e comercialização de alimentos saudáveis transformará o perfil do produtor gaúcho, que passará de mero exportador de commodities e importador de insumos a um gestor de valor agregado, com maior margem de lucro e autonomia.

O fortalecimento da produção de auto-

consumo, o apoio à implantação de tecnologias apropriadas nas propriedades rurais e a atenção à diversidade dos públicos rurais consolidarão uma extensão rural mais inclusiva, eficiente e comprometida com a segurança alimentar e nutricional, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Eficiência Pública e Segurança Jurídica: O fortalecimento institucional da EMATER/ASCAR-RS, por meio de garantia de seu reconhecimento socioassistencial e de realização de processos seletivos públicos de caráter permanente para recomposição de quadros e modernização, resultará em um serviço público mais ágil e tecnicamente incontestável.

Ao abraçar esta Pauta Mínima, o(a) futuro(a) governador(a) não apenas atende a uma demanda de categoria, como também assume um compromisso estratégico com a reconstrução de um Rio Grande do Sul mais produtivo, socialmente equilibrado e ambientalmente preparado.



ASAE

Associação dos Servidores
da ASCAR/EMATER-RS

sempre juntos





ASAE

Associação dos Servidores
da ASCAR/EMATER-RS

sempre juntos